



**XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU**

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

Recredenciamento das IES junto ao SINAES: Uma análise do conceito obtido nas dimensões pela Universidade Federal de Rondônia no último processo.

BRUNA LÍVIA TIMBÓ DE ARAÚJO

Universidade Federal de Rondônia

brunaliviatimbo@gmail.com

JACKSON BALTHAZAR DE ARRUDA CAMARA

Universidade Federal de Rondônia

jacksoncamara@hotmail.com

ALINE MAIARA SILVA LIMA

Universidade Federal de Rondônia

aline_lima.1@hotmail.com

GLEIMIRIA BATISTA DA COSTA

Universidade Federal de Rondônia

gleimiriacosta@hotmail.com

ELEONICE DE FÁTIMA DAL MAGRO

Universidade Federal de Rondônia

eleonice@unir.br

SANDRA DA CRUZ GARCIA DO ESPÍRITO SANTO AGUIAR

Universidade Federal de Rondônia

sandrinhamagal@hotmail.com

RESUMO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é responsável por analisar as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. As avaliações são realizadas com base no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e nas avaliações institucionais e dos cursos. Considera-se ainda as informações fornecidas pelas próprias Instituições de Ensino como a autoavaliação, o PDI, PPI e Projetos Pedagógico. Para dar início a esse Estudo de Caso identificou-se quais dimensões são avaliadas pelo SINAES para abertura e credenciamento das Instituições de Ensino Superior – IES, em seguida realizou-se o levantamento dos dados da avaliação realizada na UNIR e por fim fez-se uma análise dos conceitos que foram tidos como insatisfatório pela Comissão. Deu-se início a este estudo de caso por meio do problema de pesquisa relacionado ao motivo da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR não possuir conceito máximo nas dimensões avaliadas pelo SINAES no processo de credenciamento da Instituição de Ensino Superior. O objetivo geral da pesquisa é analisar em quais dimensões a UNIR não foi classificada como satisfatória para o Recredenciamento junto ao MEC e elencar medidas para que possa atingir o conceito máximo nos próximos processos.

Palavras-chave: Dimensões; Avaliação; Conceito; e UNIR.

1. Introdução

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é responsável por analisar as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. Esses processos de avaliação levam em consideração os aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente.

Além disso o SINAES reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e das avaliações institucionais e dos cursos. As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional das Instituições de Ensino Superior e também para dar embasamento as políticas públicas de cada localidade.

Outro grande aspecto relevante desses dados é para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições. Os processos avaliativos do SINAES são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Sua operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (Portal do INEP, 2016).

A pesquisa ganha lastro na seguinte problematização: Por que a Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR não possuiu conceito máximo nas dimensões avaliadas pelo SINAES no processo de credenciamento da Instituição de Ensino Superior?

Com base nas informações levantadas pelas Comissões de Avaliação esta pesquisa teve como objetivo geral: Identificar em quais dimensões a Universidade Federal de Rondônia não obteve conceito máximo no que tange a satisfação para o Recredenciamento junto ao MEC e elencar medidas para que possa atingi-lo no próximo processos.

No intuito de atingir o objetivo geral fundamentou-se o estudo em três objetivos específicos: Realização do levantamento da avaliação do SINAES e do PDI 2016 – 2018 da UNIR; Análise do Relatório de Avaliação para Recredenciamento elaborado pela Comissão de Avaliação do SINAES; e Propor medidas que alavanquem os conceitos de cada tópico avaliado e tido como insatisfatório para o Recredenciamento da UNIR pela Comissão de Avaliadores do SINAES.

2. Referencial Teórico

2.1. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES

O SINAES foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, vinculado ao Ministério da Educação – MEC, é composto por três componentes básicos: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Nessa vertente este Sistema avalia todos os aspectos que estão relacionados ao ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, ao desempenho dos alunos, a gestão da instituição, ao corpo docente, as instalações e outros mais que influenciam diretamente na relação ensino aprendizagem.

Os objetivos principais do SINAES estão relacionados a identificação do mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; aperfeiçoar a qualidade da educação superior, orientar a expansão da oferta; e promover a responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior, observando sempre a identidade institucional e a autonomia.

O SINAES é composto por diversos instrumentos que dão suporte direto à sua missão de avaliar as instituições como a auto avaliação, a avaliação externa, o ENADE a Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Com base nos resultados obtidos por meio dessas pesquisas é possível traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País.

Dentro da Estrutura do SINAES há uma Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES que é responsável por coordenar e supervisionar os processos e ainda o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP que operacionaliza todas as ações.

Após as avaliações realizadas pelo SINAES é encaminhado às IES para que possam basear-se nessas informações para orientar sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Os órgãos governamentais as utilizam para orientar as políticas públicas. Já os estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e público em geral rem como base para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições brasileiras (Portal INEP, 2016).

2.1.1. Avaliação SINAES

O SINAES baseia-se nas avaliações institucionais, dos cursos e dos estudantes para concretizar seus resultados. Há dez dimensões internas e externas que são consideradas condições essenciais para uma boa avaliação institucional, sendo elas: 1. Missão e PDI; 2. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; 3. Responsabilidade social da IES; 4. Comunicação com a sociedade; 5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; 6. Organização de gestão da IES; 7. Infraestrutura física; 8. Planejamento de avaliação; 9. Políticas de atendimento aos estudantes; e 10. Sustentabilidade financeira.

Tratando-se da avaliação dos cursos, o SINAES considera apenas três dimensões, sendo elas: 1. Organização Didático-Pedagógica; 2. Perfil do Corpo Docente e 3. Instalações físicas.

Já a avaliação dos alunos é realizada através do ENADE, com a aplicação periódica de um exame, que abrange os alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. Esta avaliação é composta de conceitos, que leva em consideração os padrões mínimos estabelecidos por especialistas de todas as diferentes áreas do conhecimento abordado.

2.1.1.1. Projeto Pedagógico Institucional (PPI)

Uma Instituição de Ensino Superior tem sua criação motivada de acordo com os dispositivos estatutários, regionais e regimentais, sendo estes elementos e objetivo únicos para cada uma das IES. Para que possa ser implantada e dada continuidade à oferta dos cursos, faz-se necessário a adoção de um controle extremo das atividades educacionais a que se propõem ofertar, devendo estar sempre atento a um planejamento criterioso e intencional voltado para o cumprimento de sua função social.

O PPI é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas da IES. No momento de sua elaboração o Projeto deverá evidenciar sua visão no papel educacional superior e ao mesmo tempo explicitar a contribuição social daquela instituição nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão na busca da articulação entre o real e o desejável.

A Comissão de Avaliação do MEC observará o histórico da instituição; seus mecanismos de inserção regional; sua missão; as políticas de gestão, de ensino, de pesquisa, quando for o caso, de extensão; âmbitos de atuação; princípios filosóficos gerais; perfil humano, perfil profissional; concepções de processos de ensino e de aprendizagem, de currículo, de avaliação de ensino e de planejamento e os diversos programas das unidades de estudo, de modo a apreender se o PPC é coerente com o perfil institucional.

2.1.1.2. Projeto Pedagógico de Curso (PPC)

Cada curso oferecido por uma IES deverá dispor de um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) que considerará as especificidades da respectiva área de atuação. As políticas acadêmicas institucionais contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI terão sua materialidade dada nos PPCs, vez que nele será contida as referências das ações e decisões de um determinado curso em consonância com a especificidade da área de conhecimento levando sempre em consideração o contexto da respectiva evolução histórica do campo de saber.

Caberá à Comissão de Avaliação do MEC avaliar a sinergia entre o PPC e os documentos institucionais. Sabendo que as orientações acadêmicas dos PPCs estão compostas por conhecimentos e saberes considerados necessários à formação do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário, bibliografias básicas e complementares; principais estratégias de ensino; corpo docentes; recursos materiais e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.

2.1.1.3. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O Plano de Desenvolvimento Institucional é um planejamento elaborado para um determinado período e norteará as principais ações que devem ser tomadas pela IES nos próximos anos. Ele está diretamente atrelado a gestão e além disso considera à filosofia de trabalho, à missão a que a Instituição se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. Cabe à Comissão de Avaliação do MEC perceber se o PPC está relacionado ao PDI.

2.1.2. Coleta de informações pelo SINAES

Para a realização das avaliações o SINAES também utiliza como fonte de informação o Censo da Educação Superior que inclui informações sobre atividades de extensão; o Cadastro de Cursos e Instituições e a Comissão Própria de Avaliação, que foi instituída nas Instituições do Ensino Superior para conduzir os processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de coleta de informações.

O processo de auto avaliação é realizado pela Comissão Própria de Avaliação, onde cada instituição realizará uma auto avaliação e este será o primeiro instrumento a ser incorporado no conjunto de instrumentos constitutivos do processo global de regulação e avaliação. Ela exige uma articulação direta com a realização de um auto estudo, seguindo o roteiro geral proposto em nível nacional, acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico, institucional, cadastro e censo (Portal do INEP, 2016).

Neste relatório estará contida todas as informações e demais elementos avaliativos constantes de um roteiro comum a toda a estrutura nacional, análises qualitativas e ações de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico que a IES pretende empreender em decorrência do processo de auto avaliação, identificação dos meios e recursos necessários para a realização de melhorias, assim como uma avaliação dos acertos e equívocos do próprio processo de avaliação.

As avaliações externas são feitas por membros pertencentes à comunidade acadêmica e científica que são reconhecidos pelas suas capacidades nas áreas de formação e portadores de ampla compreensão das instituições universitárias. Após a realização dessas avaliações o primeiro passo da coleta de informações para embasar a avaliação do SINAES está completo.

Dando continuidade e para aperfeiçoar as avaliações é feito o Censo que é um instrumento independente de grande potencial informativo, que traz importantes elementos de reflexão para a comunidade acadêmica, para o Estado e a população em geral. Diante disto torna-se essencial que os instrumentos de coleta de informações censitárias realizem a integração dos processos de avaliação institucional, oferecendo

elementos úteis à compreensão da instituição e do sistema.

Os dados oriundos do Censo irão integrar o conjunto de análises e estudos da avaliação institucional interna e externa, fazendo com que a construção de dossiês institucionais e de cursos, posteriormente publicadas no Cadastro das Instituições de Educação Superior, tenha maior integridade e respaldo em suas fontes de informação.

O último passo é a realização do levantamento e disponibilização ao público das informações do Cadastro das IES e seus respectivos cursos. Essas informações, que também serão matéria de análise por parte das comissões de avaliação, nos processos internos e externos de avaliação institucional, formarão a base para a orientação permanente de pais, alunos e da sociedade em geral sobre o desempenho de cursos e instituições.

2.1.3. Autorização de funcionamento das IES

As Instituições de Ensino Superior necessitam de uma autorização fornecida pelo SINAES para poderem ofertar seus cursos. Esta autorização é baseada em atos Autorizativos e Atos Regulatórios que resultam das avaliações realizadas. Os atos Autorizativos consistem no credenciamento de IES, autorização e reconhecimento de cursos ofertados e os Atos Regulatórios estão diretamente atrelados ao credenciamento de IES e renovação de reconhecimento de cursos.

Quando os resultados são considerados favoráveis é concedida a autorização de abertura e oferta dos cursos reconhecidos pelo MEC. Nos casos dos resultados insatisfatórios será celebrado um protocolo de compromisso firmado entre a IES e o MEC, onde serão estabelecidos encaminhamentos, procedimentos e ações, com indicação de prazos e métodos a serem adotados pela IES para a superação das dificuldades.

2.1.4. ENADE

O ENADE é um Exame Nacional de Desempenho de Estudantes vinculado ao SINAES que avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas no decorrer de sua formação. É um exame obrigatório e o estudante só terá seu histórico escolar regular após a realização desta prova. Sua primeira aplicação ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento.

Tem como objetivo a avaliação do desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas respectivas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, além do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional. Leva em consideração também o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial.

Como dito anteriormente, os resultados do Enade, aliados às respostas do Questionário do Estudante, constituem-se insumos fundamentais para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior: Conceito Enade, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), normatizados pela Portaria nº 40 de 2007, republicada em 2010. Esses indicadores tem o papel de mensurar a qualidade dos cursos e das instituições do país, sendo utilizados tanto para o desenvolvimento de políticas públicas da educação superior quanto como fonte de consultas pela sociedade (Portal INEP, 2016).

O ENADE possui alguns instrumentos básico, sendo eles: aplicação de uma prova, o questionário de impressões dos estudantes sobre a prova; o questionário do estudante; e o questionário do coordenador (a) do curso. Que tem seus conteúdos definidos através do Ministério da Educação com a determinação, anualmente, das áreas

propostas pela Comissão de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES.

2.2.Universidade Federal de Rondônia

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) foi criada em 1982 pela Lei nº 7011, de 08 de julho, após a criação do estado de Rondônia passou a ser regulamentada pela Lei Complementar nº 47, de 22 de dezembro de 1981. Possui uma estrutura multicampi composta por oito polos distribuídos nas cidades de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena. Sua sede administrativa está situada na capital do Estado, onde estão instaladas a Reitoria e as Pró-Reitorias de Administração (PRAD), de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), de Graduação (PROGRAD), de Planejamento (PROPLAN) e de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPesq).

A UNIR iniciou suas atividades acadêmicas com três cursos de Bacharelado: em Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, com a estrutura herdada da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia (FUNDACENTRO), vinculada à Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO. Posteriormente foram ofertados os cursos de Licenciaturas em Pedagogia, História, Letras, Educação Física e Geografia, quando da sua integração ao Sistema Federal de Ensino, estabelecendo sua sede administrativa na cidade de Porto Velho com atuação em alguns municípios do Estado de Rondônia.

Em 1996, no Campus de Guajará-Mirim, tiveram início os primeiros cursos Stricto Sensu, sendo eles Mestrado e Doutorado institucionais em Línguas Indígenas. Em 2001, os Programas de Pós-graduação ganharam nova ênfase com o Mestrado em Biologia Experimental e, a partir deste, foram sendo criados novos programas. Ao longo de treze anos, a oferta de cursos foi se expandindo e, atualmente, a UNIR possui treze programas de pós-graduação stricto sensu institucionais, com 15 (quinze) cursos e 03 (três) programas em rede. Essa expansão gradativa, como observada nos gráficos do seu PDI (Pag. 54), sofreu impacto relevante em 2007 ao se aderir ao Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) do MEC (PDI 2016-2018, 2014).

Um dos grandes diferenciais que a UNIR possui é a oferta de cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, o que faz dela a maior responsável pela formação de mestres e de doutores em todo Estado. Esse compromisso com a formação de alto nível possibilita a geração de mão de obra qualificada para atender a demanda por pesquisadores na região (PDI, 2014).

A organização didático-pedagógica da UNIR é feita com base no Regimento Interno, Estatuto, Normas Gerais e Específicas que norteiam as políticas e práticas pedagógicas. Tais medidas são adotadas pela ausência de um Projeto Pedagógico Institucional que articularia todas estas informações com o PDI.

De acordo com a Resolução 278/2012 – CONSEA/UNIR o Projeto pedagógico de cada curso deve ser constituído com a participação efetiva da Comunidade Acadêmica (docentes, estudantes e técnicos), além de ser composto por todos os interesses sociais da área a que está vinculado, estar adequado a legislação e demandas estruturais. Outros aspectos importantes que devem estar previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos são os procedimentos para avaliação e metodologias de ensino, que compreende a avaliação institucional do curso e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem e avaliação.

O PDI 2016 – 2018 descreve o perfil institucional (histórico, missão, finalidades, objetivos e metas), projeto pedagógico (gestão institucional, políticas de ensino, políticas de extensão, políticas de educação inclusiva, responsabilidade social, organização acadêmica), infraestrutura, programa de expansão para o período,

atendimento aos portadores de necessidades especiais, aspectos financeiros e orçamentários, e aspectos pertinentes à avaliação bem como o acompanhamento do desenvolvimento institucional. A IES pauta sua atuação em cursos de ensino superior em nível de graduação e pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu.

3. Metodologia

Esta pesquisa é de caráter exploratório que na visão de Gil (2008) “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.”.

A pesquisa exploratória, assim norteada, integra-se ao planejamento da pesquisa principal. Constitui parte dela e não subsiste por si só. É um meio simplesmente, mas um meio muito importante para mostrar a realidade de forma verdadeira. (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995). Todavia, relacionada as avaliações da Fundação Universidade Federal de Rondônia, mais precisamente ao processo de credenciamento junto ao SINAES, não há estudos, assim surgiu a necessidade de uma pesquisa.

Realizamos a pesquisa com base em fontes primárias e secundárias a partir da busca de determinações oficiais publicadas no site do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP e de entrevista realizada com a Diretora do NUCSA a respeito da gestão e atuação dos departamentos em relação aos quesitos apontados e avaliados pela Comissão.

Tratando-se de um caso específico da UNIR esta pesquisa caracterizou-se também como Estudo de Caso, pois Gil (1995) afirma ainda que o estudo de caso não aceita um roteiro rígido para a sua delimitação, mas é possível definir quatro fases que mostram o seu delineamento: a) delimitação da unidade-caso; b) coleta de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados; d) elaboração do relatório.

Inicialmente delimitou-se a pesquisa por meio da escolha da avaliação das diretrizes do SINAES da UNIR, em seguida realizou-se o levantamento das informações junto ao Portal do INEP. Na terceira fase foram tabulados os dados e por fim realizado um diagnóstico com base nas avaliações.

Relacionada a natureza a pesquisa é considerada como aplicada pois sua motivação está destinada a necessidade de produzir conhecimento para a aplicação de seus resultados, tem objetivo de contribuir para um fim prático e buscou solucionar o problema de forma imediata (Barros e Lehfeld, 2000), ou seja, propôs uma solução para alavancar o conceito dado pelo SINAES em relação ao processo de Recredenciamento da UNIR.

4. Análise e Discursão dos Resultados

A Comissão de Avaliação Institucional Externa com fins de Recredenciamento da IES Universidade Federal de Rondônia, foi designada em abril de 2014 para realizar a Avaliação nº 117588 do Processo nº 201406662, composta por três professores.

Conforme a Síntese da Ação Preliminar à Avaliação o PDI referente ao período 2014-2018 da UNIR está condizente com a estrutura determinada pelo art. 16 do Decreto nº 5.733/2006 e o seu conteúdo contempla todas as informações demandadas em cada item/aba. O PDI apresenta um quadro de objetivos e metas para o Ensino, Pesquisa e Extensão, para o período de sua vigência. Também está descrito no PDI o perfil docente e técnico-administrativo, juntamente com a política de qualificação e de carreira, estrutura organizacional, planejamento da autoavaliação institucional, além do planejamento da infraestrutura (Relatório de Avaliação e-MEC, 2016).

Pode-se observar que no que tange a análise geral do PDI a UNIR atingiu as diretrizes desejadas pelos avaliadores do MEC e que está com seu Projeto de Desenvolvimento institucional bem encaminhado para o desenvolvimento da IES e atendimento a questão social, que é um de seus objetivos principais.

A avaliação pela comissão se deu em três dias, sendo o primeiro destinado a visita *in-loco*, a reunião com os integrantes da CPA, com Diretores, coordenadores, NDE's, em seguida reuniram-se com o Corpo Docente e finalmente com o Corpo Discente. No início do segundo dia a Comissão reuniu-se com os funcionários Técnico-Administrativos conforme a agenda pré-estabelecida, no restante do dia e no terceiro dia realizaram a análise dos documentos pertinentes e em seguida à redação do relatório da comissão.

O relatório de avaliação da comissão foi dividido por dimensões e eixos que subdividem-se em tópicos de análise mais detalhada que possuem conceito de 0 a 5 e uma posterior justificativa para cada conceito concedido, demonstrado nos quadros a seguir.

Quadro 01 – Categorias Avaliadas – Dimensão 1

Eixo	Tópico	Conceito
Planejamento e Avaliação Institucional	Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional	3
	Projeto/processo de autoavaliação institucional	3
	Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica	2
	Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados	2
	Elaboração do relatório de autoavaliação	3

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório de Avaliação e-Mec – 2016.

Relacionado à Dimensão 1 foram analisados os quesitos relativos ao Planejamento e Avaliação Institucional que de modo geral a universidade possuiu uma média de 2,6 (dois vírgula seis). Tendo contribuído significativamente para esse conceito a ausência de autoavaliação nos anos de 2006 a 2012; a insuficiência da participação da comunidade acadêmica na autoavaliação institucional; e a divulgação dos resultados dos processos de autoavaliação institucional e das avaliações externas previstas e implantadas, realizando apenas a publicação no site da universidade.

Quadro 02 – Categorias Avaliadas – Dimensão 2

Eixo	Tópico	Conceito
Desenvolvimento Institucional	Missão institucional, metas e objetivos do PDI	3
	Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação.	3
	Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.	3
	Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	4
	Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.	4
	Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.	4
	Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social.	4
	Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.	4
	Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais.	3

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório de Avaliação e-Mec – 2016.

Tratando-se da segunda dimensão (quadro 02) a UNIR obteve uma média de 3,6 (três vírgula seis) no conceito de Desenvolvimento Institucional tendo todos os seus tópicos atingido de maneira suficiente, bem como estarem detalhadas no PDI 2016 – 2018 para maiores aperfeiçoamentos e cumprimento das metas previstas.

A coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural; as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social; as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural; ações de responsabilidade social: inclusão social e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial, contribuíram significativamente para a alavancagem do conceito.

Estas Medidas estão com maior destaque tendo em vista que a maior atuação da Universidade está direcionada ao desenvolvimento regional, social, de pesquisas acadêmicas e igualdade ético-racial.

Quadro 03 – Categorias Avaliadas – Dimensão 3

Eixo	Tópico	Conceito
POLÍTICAS ACADÊMICAS	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.	3
	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu.	3
	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu.	3
	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	3
	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.	3
	Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, Didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.	3
	Comunicação da IES com a comunidade externa.	3
	Comunicação da IES com a comunidade interna.	3
	Programas de atendimento aos estudantes.	4
	Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	2
	Política e ações de acompanhamento dos egressos.	1
	Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	1
	Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais.	3

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório de Avaliação e-Mec – 2016.

A terceira dimensão que trata das Política Acadêmicas possuiu uma média de 2,7 (dois vírgula sete) onde o maior destaque foi os Programas de atendimento aos estudantes. Já as Políticas e ações de acompanhamento dos egressos e a Atuação dos egressos a IES no ambiente socioeconômico, consta no PDI a criação de uma política para ser implementada, porém atualmente não há nenhum dado que pudesse ter sido analisado pela comissão.

Quanto aos Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente, na visão dos avaliadores não há estabelecido um programa de apoio à realização de eventos, nem mesmo uma priorização que articulem a pesquisa ao ensino e à extensão, como uma maneira de garantir a publicidade dos resultados das práticas acadêmicas na instituição. Impossibilitando assim uma maior integração entre a Universidade e a sociedade, tendo um incentivo à produção insuficiente, tais fatos justificam o conceito dois demonstrado no Quadro 03.

Quadro 04 – Categorias Avaliadas – Dimensão 4

Eixo	Tópico	Conceito
POLÍTICAS DE GESTÃO	Política de formação e capacitação docente.	4
	Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.	4
	Gestão Institucional.	3
	Sistema de Registro Acadêmico.	3
	Sustentabilidade Financeira.	2
	Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.	3
	Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente.	3
	Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo.	3

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório de Avaliação e-Mec – 2016.

Tratando-se de Políticas de Gestão a média da avaliação foi 3,1 (três vírgula um), deixando a desejar apenas a Sustentabilidade financeira uma vez que seus recursos são provenientes de recursos do Tesouro Nacional, predeterminado pela Lei Orçamentária Anual do Governo Federal, entretanto estes recursos não são suficientes para a auto sustentação da Instituição.

Já as políticas de Formação e Capacitação de Docentes e do corpo técnico-administrativo tiveram destaque positivos, pois estão muito bem previstas no PDI e sendo implementadas para atender as necessidades destes.

Quadro 05 – Categorias Avaliadas – Dimensão 5

Eixo	Tópico	Conceito
INFRAESTRUTURA FÍSICA	Instalações Administrativas.	3
	Salas de Aula.	3
	Auditório (s).	3
	Sala (s) de Professores.	3
	Espaços para atendimento aos alunos.	2
	Infraestrutura para CPA	2
	Gabinetes/Estações de trabalho para professores Tempo Integral – TI.	2
	Instalações Sanitárias	3
	Biblioteca: Infraestrutura Física	3
	Biblioteca: Serviços e Informatização	3
	Biblioteca: plano de atualização do acervo.	2
	Salas(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.	3
	Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.	3
	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	3
	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.	3
Espaços de convivência e de alimentação.	3	

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório de Avaliação e-Mec – 2016.

A Infraestrutura Física deixou a desejar com uma média de 2,8 (dois vírgula oito), todavia não houve nenhum conceito abaixo de dois. Os que obtiveram avaliação igual a dois e que necessitam de uma maior atenção foram Espaços para atendimento aos alunos; Infraestrutura para CPA, Gabinetes/Estações de trabalho para professores de Tempo Integral – TI e Biblioteca: plano de atualização do acervo.

Tendo como principais características o improvisado, péssimas condições, baixa iluminação, estações de trabalho insuficientes e sem acesso aos portadores de necessidades especiais.

Ainda da Avaliação da Comissão constam os critérios relacionados aos Dispositivos Legais que a UNIR preencheu todos os requisitos legais, tendo ressalvas

no Alvará de funcionamento e no Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). Tais ressalvas já estão em fase de expedição pelos órgãos competentes.

Relacionado à manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico, Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Plano de Cargos e Carreira Docente; Plano de Cargos e Carreira dos técnicos administrativos; Titulação Corpo docente, Regime de Trabalho do Corpo Docente, Forma Legal de Contratação dos Professores; Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS) (NSA), Normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Centros Universitários (NSA); Normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Universidades, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Políticas de educação ambiental, Desenvolvimento Nacional Sustentável e Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos são todos atendidos pela Instituição de Ensino Superior. De modo geral, verificou-se que a UNIR atende aos requisitos legais para funcionamento como universidade.

Após realizada todas as análises e avaliações a Universidade Federal de Rondônia apresentou um perfil de qualidade suficiente e um conceito final igual a três.

5. Conclusão

Considerando as cinco dimensões analisadas pela Comissão de Avaliadores instituída pelo SINAES para o processo de Recredenciamento da Universidade Federal de Rondônia, observa-se que três eixos foram conceituados acima da média dois e dois eixos com média cima de 3. Todavia foi elaborado no ano de 2014 pela instituição em análise um Plano de Desenvolvimento Institucional para ser aplicado nos exercícios de 2016 – 2018 que além de buscar melhorias para os docentes e discentes, objetiva também realizar mudanças para alavancar os resultados no próximo processo avaliativo.

Como resultado deste estudo sugerimos que sejam realizadas maiores ações de divulgação das medidas adotadas pela universidade, bem como cumpra-se os cronogramas instituídos pelo SINAES das autoavaliações necessárias para auxiliar os processos de credenciamento.

Há também a necessidade de realização de maiores políticas e ações de acompanhamento dos egressos e a Atuação dos egressos a IES no âmbito socioeconômico, prática ausente na universidade. Outro aspecto bastante relevante que exige melhora, porém nota-se que a Instituição já está adotando práticas para solucionar, é a infraestrutura que deixou bastante a desejar na avaliação dos membros da Comissão. A estruturação de laboratórios para os cursos de ciências da saúde, bem como centros de tecnologia com sistemas utilizados no mercado de trabalho para o curso de ciências contábeis, são práticas que tornariam os egressos com maior diferencial no mercado de trabalho.

Referências e citações

BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes-componentes>, acessado em 10 de setembro de 2016.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2008.

Gil AC. Como elaborar projetos e pesquisa. 3a ed. São Paulo: Atlas; 1995:58

<http://portal.mec.gov.br/sinaes>, acessado em 10 de setembro de 2016.

<http://unir.br>, acessado em 10 de setembro de 2016.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. **Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública**. Revista de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.29, n.4,1995.

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2014 – 2018 / Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO . Porto Velho, Rondônia : UNIR/ RO, 2014.